

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 18 de fevereiro de 2019 às 07h53
Seleção de Notícias

O Globo | BR

Pirataria

Pirataria movimentada mais de R\$ 600 milhões no Rio	3
--	---

Gazeta do Povo - Online | PR

Propriedade Intelectual

Autoridade Nacional de Proteção de Dados: o governo corrige uma omissão	5
---	---

Pirataria movimentada mais de R\$ 600 milhões no Rio

RIO



Pesquisa da Fecomércio mostra que o valor equivale a 30% do ICMS arrecadado nos setores mais atingidos pela concorrência dos produtos falsificados, vendidos livremente por ambulantes no camelódromo da Uruguiana

ILEGAL, E DAÍ?

No camelódromo da Rua Uruguiana, no Centro, o vendedor de um estande de eletrônicos mostra uma caixa de som, com sistema bluetooth e à prova d'água. Ele tenta convencer um cliente: - Essa caixa é a melhor que tem e, aqui, sai a R\$ 150. A original você não compra por menos de R\$ 700. Mas a réplica você não pode mergulhar na água, tá?

Réplica é eufemismo para pirata no camelódromo, onde o comércio de produtos falsificados ocorre diariamente às claras, a poucos metros da presença de guardas municipais e de órgãos do estado. Na vizinhança, está, por exemplo, o prédio do Detran.

Em todo o estado, a **pirataria** causa prejuízos. Esse comércio ilegal movimentou R\$ 665 milhões por ano no Rio, como acaba de levantar, em uma pesquisa inédita sobre o tema, a Fecomércio-RJ. Esse valor equivale a nada menos que 30% da arrecadação anual de ICMS dos setores preferidos pelos falsificadores. Na lista, aparecem no topo os mercados de filmes e

músicas na internet, de roupas, de equipamentos eletrônicos, de programas de computador, de óculos, de relógios e de calçados, bolsas e tênis.

O mesmo estudo, que fez 400 entrevistas no estado em janeiro deste ano, concluiu que 18,89% da população fluminense consome **produtos piratas**. O percentual diz respeito a quase um em cada cinco moradores do Rio, que compra, em média, cinco itens do tipo por ano.

A pesquisa, que não tem comparativo, também revela como funciona a cabeça desse consumidor. Dos entrevistados que admitem pagar por esses produtos, 61,76% dizem que vão continuar comprando, mesmo concordando que este comércio prejudica a economia (58,25%), além de favorecer o aumento da violência (61%). E a maioria esmagadora (96,25%) respondeu saber que **pirataria** no Brasil é crime.

- Existe uma faixa da população que compra **produto pirata** e sabe que isso é crime, que prejudica o comércio e que a **pirataria** tem pacto com crime organizado. E que ainda assim diz que compraria de novo - destaca o economista-chefe da Fecomércio RJ, João Gomes, explicando que o conjunto dessas respostas impressionou os pesquisadores. - Está claro esse perfil.

AÇÕES COM POUCO RESULTADO

O preço dos produtos é apontado como o principal motivo (73%) da compra. Entre as experiências negativas, 80% relatam a baixa qualidade da mercadoria. O delegado Maurício Demétrio, da Delegacia de Repressão aos Crimes contra a Propriedade Imaterial (DRCPIM), conta que, no ano passado, foram feitas 36 operações no camelódromo da Uruguiana, mas "com pouco resultado prático".

Anteontem, uma vendedora oferecia diferentes opções de camisas de time falsificadas. Enquanto a mais

Continuação: Pirataria movimentou mais de R\$ 600 milhões no Rio

barata e, como explicou ela, "sem qualidade", custava R\$ 50, uma que seria fabricada na Tailândia - "a réplica mais perfeita que tem" - saía a R\$ 100. Óculos "RayBan" eram expostos em bancas a R\$ 10. Lá, tudo é oferecido como réplica sem medo da fiscalização. O delegado da DRCPIM diz que, por trás

desse comércio da Uruguaiana, há uma "milícia incipiente". A Secretaria de Fazenda diz que, desde janeiro, no Centro, a fiscalização apreendeu mais de 2.200 itens.

Autoridade Nacional de Proteção de Dados: o governo corrige uma omissão

ARTIGOS



Pixabay

ARTIGO

A criação da ANPD serve certamente ao propósito inicial de adequação da legislação brasileira, em matéria de proteção de dados, aos mais evoluídos padrões internacionais

Em agosto de 2018, foi promulgada a Lei 13.709, denominada Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Naquela oportunidade, o então presidente Michel Temer vetou os artigos que tratavam da criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e, em seu âmbito, do Conselho Nacional de Proteção de Dados, sob a justificativa de que havia um vício formal de iniciativa no processo legislativo para a criação da ANPD, na medida em que ela deveria emanar do Poder Executivo e não do Poder Legislativo.

Afora as razões do veto, a discussão sobre a existência de uma autoridade controladora como a ANPD passava por um ponto essencial: caso a ANPD não fosse criada, ou se fosse criada sem a independência necessária à sua atuação para a promoção da proteção de dados pessoais, o estabelecimento de diretrizes relacionadas, a fiscalização e a aplicação de sanções em casos de violação aos direitos dos titulares de dados pessoais, a eficácia da LGPD seria significativamente prejudicada, mesmo porque a lei foi elaborada considerando a existência de uma autoridade in-

vestida de tais funções.

Ademais, isso iria de encontro às tendências internacionais em matéria de proteção de dados, verificadas especialmente (mas não apenas) no quadro da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e em países da União Europeia (UE), onde órgãos semelhantes foram criados e já até entraram em operação, com potenciais consequências (inclusive no campo comercial) decorrentes de uma inadequada adesão às diretrizes até então formuladas para um sistema internacional de proteção de dados, que hoje se encontra em acelerado processo de construção.

Exceto quanto à criação da ANPD, que é imediata, a LGPD passará a ser vinculante apenas em agosto de 2020

De qualquer forma, seja pela pressão externa ou pela própria necessidade ontológica de existência de um órgão como a ANPD, em 28 de dezembro de 2018, no fim do mandato de Temer, a Presidência da República editou a Medida Provisória 869/2018, que, enfim, estabeleceu a criação da ANPD e alterou alguns outros pontos da LGPD.

Apesar de o modelo seguido na MP não ser exatamente igual ao adotado pela LGPD, a criação do órgão serve certamente ao propósito inicial de adequação da legislação brasileira, em matéria de proteção de dados, aos mais evoluídos padrões internacionais e supre a falha gerada pelo veto presidencial de agosto de 2018. O modelo institucional originalmente sugerido era o de uma autarquia especial vinculada ao Ministério da Justiça, com independência administrativa, autonomia financeira e ausência de subordinação hierárquica. Segundo o modelo aprovado pela MP 869/2018, a ANPD (cuja denominação foi mantida) será um órgão da ad-

Continuação: Autoridade Nacional de Proteção de Dados: o governo corrige uma omissão

ministração pública federal vinculado à Presidência da República. Garante-se a tal autoridade autonomia técnica, sendo-lhe designada a responsabilidade por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da LGPD.

Compete, enfim, ao governo atual dispor sobre a estrutura regimental da ANPD, sendo que, até que isso ocorra, ela receberá apoio técnico e administrativo da Casa Civil para o exercício de suas atividades.

Uma atuação eficaz da ANPD como órgão centralizador da gestão das políticas de proteção de dados na esfera de sua competência, exige a coordenação de suas atividades com as das entidades setoriais competentes para regulação e coordenação dos setores da economia afetados pela LGPD.

:

:

Além da criação da autoridade de proteção de dados, a MP 869 previu uma série de alterações na LGPD, entre as quais estão a não aplicação da LGPD ao tratamento para fins acadêmicos; flexibilização de compartilhamento de dados na área da saúde, para casos de prestação de serviço de saúde suplementar; desnecessidade de revisão por pessoa natural de decisão com base em tratamento automatizado; alteração das

possibilidades e estabelecimento de exceções quanto ao compartilhamento de dados entre o poder público e entidades privadas; aumento do número de diretores membros do Conselho Diretor da ANPD, de três para cinco; revogação das previsões sobre necessidade de informação específica ao titular de dados, nos casos de cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador ou em algumas hipóteses de utilização dos dados pela administração pública; e possibilidade de indicação de pessoa jurídica como encarregado/chefe de proteção de dados.

Por fim, a MP também definiu que a eficácia da LGPD é imediata no tocante à criação da ANPD; por outro lado, estendeu a vacância legislativa de 18 para 24 meses para as demais previsões, a fim de garantir um maior prazo de adequação à nova legislação pelos vários setores da economia e pelas entidades afetadas. Portanto, exceto quanto à criação da ANPD, que é imediata, a LGPD passará a ser vinculante apenas em agosto de 2020.

Camila Giacomazzi Camargo, advogada especialista em temas relativos à **propriedade intelectual** e proteção de dados, é mestre em Direito (LL.M. em Direito da **Propriedade Intelectual**) pela Universidade de Torino/Academia da Organização Mundial da Propriedade Intelectual.

Índice remissivo de assuntos

Pirataria

3

Propriedade Intelectual

5